

ENTREVISTA COM CATHERINE WALSH

[Revista Culturas Jurídicas]¹: Estamos aqui com a Professora Catherine Walsh. Muito obrigado por receber a Revista Culturas Jurídicas. Professora, temos aqui cinco perguntas e começamos com uma sobre sua análise a respeito da conjuntura do Equador no marco dos dez anos da Constituição de Montecristi. Queremos saber se o projeto constitucional construído *desde abajo* tem, em sua visão, efetividade ou está longe de ser implementado.

[Catherine Walsh]²: Bom, muito obrigada a ambos, pelo convite. Creio que uma das coisas importantes de pensar é que a Constituição e o Estado são dois espaços distintos. Este é um grande aprendizado da experiência do Equador. Quando muitos e muitas participamos do processo constituinte do Equador - foi, como vocês sabem, um processo muito participativo, com distintos setores sociais, e não desde o Estado. Isto quer dizer que não foram os partidos políticos e os mesmos congressistas do Estado não estiveram. Isso é muito diferente, não? Porque mesmo na Bolívia foram os partidos e elementos do Estado. Creio que isto marca uma distinção.

E quando, mais ou menos em julho, em 2008, quando já estavam terminando [os trabalhos da Constituinte] e o presidente Correa disse “Bem, terminamos rápido!” e tudo mudou. Retirou Alberto Acosta [da presidência da Assembleia Constituinte] e começou, no transcurso de poucas semanas, a promulgar as leis. Então ele mesmo [Correia] disse que não apoiava muito a Constituição, não? E sabemos que, no momento em que foi aprovado, através do voto em consulta popular, perde um pouco de sua efetividade, no contexto do Estado. Ou seja, o primeiro ato, em dezembro, três meses depois, quando a lei sobre mineração é promulgada, rompe totalmente a Constituição.

Então, para mim são dois espaços distintos. Ou seja, uma Constituição é construída, sim, *desde abajo*, a partir de outras perspectivas, com outra visão de país, inclusive outra

¹Entrevista realizada pelos professores Enzo Bello (PPGDC/UFF) e Gladstone Leonel Jr. (PPGDC/UFF), na sede da Universidad Andina Simón Bolívar (UASB), em Quito, Equador, no dia 19 de outubro de 2018, no gabinete da Professora Catherine Walsh. Transcrição e tradução por Anne Nimrichter (PPGDC/UFF) e Karina Freire (PPGDC/UFF). Revisão por Enzo Bello (PPGDC/UFF).

²Catherine Walsh é intelectual-militante envolvida durante muitos anos nos processos e lutas por justiça e transformação social, primeiramente nos EUA (onde trabalhou de perto com ativistas comunitárias e com Paulo Freire) e, nos últimos mais de 20 anos, na Abya Yala (América Latina) e no Equador, onde tem uma grande trajetória de acompanhamento dos processos dos movimentos indígenas e afrodescendentes. Atualmente é professora sênior e diretora/fundadora do Doutorado em Estudos Culturais Latino-Americanos da Universidad Andina Simón Bolívar, sede Equador, um programa/projeto com enfoque no entrelaçamento de cultura, política, economia, luta social, e pensamento crítico, e dirigido a intelectuais comprometidos da região andina e da América do Sul.

visão de que podia-se promulgar uma Constituição, se perde quando alguém trata de interpretá-la dentro do marco do Estado. Então, muitos e muitas pensávamos que, talvez, com essa Constituição, seria possível refundar o Estado. Para mim, o grande ensinamento é que não. Ou seja, hoje, com o que ocorre em todos os países da América Latina – vocês sabem muito bem no Brasil – ou seja, o Estado é o problema, não? Então o que eu creio é isto. Ou seja, podemos pensar em uma Constituição fora do marco do Estado? E como seria?

[RCJ]: Então vamos, agora, para a segunda. Considerando a conjuntura latino-americana atual de retrocessos democráticos, caracterizada pela substituição de governos que eram voltados a questões sociais por governos conservadores, orientados pelo livre mercado, como considera o tratamento conferido à questão ambiental em tempos de extrativismo do agronegócio?

[CW]: Bom, regressamos à questão da Constituição, aqui, primeiro, não? De pensar em direitos da natureza, que havia um debate, não somente em nível de América Latina, mas também em nível mundial. Foi algo muito importante. Mas, outra vez: existem esses documentos, que concebem a natureza não simplesmente como recursos humanos, mas como vida, como território e com esta concepção integral dos seres vivos que convivem. Isso rompe totalmente com essas políticas do extrativismo ou neo-extrativismo, do agronegócio, que obviamente é parte de tudo isso, dos projetos e dos mega projetos de turismo, de usinas hidroelétricas, do *fracking*, como vimos na outra noite. Ou seja, há uma série de coisas.

Então eu digo que, neste momento, não importa se os chamamos de país progressista ou governo progressista ou governos fascistas, como, no caso, no Brasil, ou golpistas... são todos iguais. Talvez a única diferença seja quem maneja o extrativismo, não? Então, claro que diante do governo da Correa foi mais a China, não? Agora está já diversificando e, outra vez, estão regressando os Estados Unidos, Canadá etc. Na Bolívia, algo similar, principalmente China.

Então eu creio que, frente à realidade que estamos vivendo, eu compartilho da perspectiva, como disseram os zapatistas, de que estamos diante de uma onda capitalista, na qual o extrativismo é parte central, e que o caminho, em todos os espaços políticos conservadores, chamados progressistas ou esquerdistas, são iguais. Então, eu creio que, particularmente, se estamos pensando a partir do campo jurídico legal, a questão é: quem está

a frente disto? Porque não é simplesmente dizer que, bem, que mudamos a cara de quem está no governo. A política segue exatamente igual.

[RCJ]: Na sua opinião, o tratamento constitucional da natureza como sujeito de direitos ampliou a proteção ao meio ambiente?

[CW]: Bem, eu creio que talvez haja uma contradição na pergunta, porque se falamos de meio ambiente, meio ambiente não é necessariamente o mesmo que natureza. Se pensamos natureza como ligada ao conceito de território, vida, que se conecta com os saberes, com os seres e com a cosmologia, com a visão de como viver, meio ambiente é uma noção muito ocidental.

Então, aqui, com a Constituição e, obviamente, muitíssimo antes, a perspectiva ancestral, tanto indígena, como afro e campesina, é isso: é essa forma que meio ambiente não é parte; é uma noção de recursos, que é oriunda do ocidente. Claro que se alguém pergunta, quando a natureza chega a ser sujeito de direitos, se realmente havia uma compreensão ampla de em que implica isso, claro que sabemos - e há muito debate sobre isso, de ser sujeito de direitos – que implica que a natureza não pode falar por si mesma. Então alguém tem que falar por ela. E com que interesses? Interesses individuais? Interesses coletivos? Interesses que vêm do mesmo território? Então, eu creio que os poucos que existiram aqui no Equador e em outras partes, tanto da América Latina como do mundo, muitas vezes aparecem porque muitos advogados se juntam com um grupo pequeno de pessoas e propõem o caso.

Então, eu recorro algo que sempre comentava com Juan García Salazar. Ele foi o avô do movimento afro aqui no Equador, do Pacífico, de Colômbia e Equador conectados. E podemos dizer que foi um guardião de saberes. E ele falou sobre o direito ancestral, que não é o mesmo que ser sujeito de direitos. Porque a noção de sujeitos de direitos foi concebida a partir de um sistema jurídico ocidental, tratando de abri-lo – talvez de reformulá-lo -, mas sua base segue centrada no direito positivista. E Juan sempre dizia: “Não. Desde as comunidades afros, o direito ancestral sempre existiu, muito antes dos Estados”. Então quando faziam a Constituição ele mesmo dizia: “Porque não há interesse nesse direito antes dos Estados, que siga existindo?”.

Eu creio que na experiência do Brasil, de muitos espaços quilombolas, mas também em distintas partes, particularmente ao norte do Brasil, permanece essa relação. Então eu creio que é importante, desde uma perspectiva crítica, interculturalizada, jurídica, pensar como

podemos também perguntar acerca de marcos de entendimento dos direitos fora do marco ocidental positivista. E creio que perguntar quais são as concepções que existiram e seguem existindo, seguem na prática de um direito ancestral, apesar do Estado. É interessante considerar.

[RCJ]: Como a senhora entende as relações entre os povos afros e a proteção da natureza em meio a disputas por territórios com empresas multinacionais que tem ingressado fortemente na América Latina, sobretudo para fins de exploração de recursos naturais?

[CW]: Bom, se pensamos, primeiro, desde o caso do Pacífico até hoje, como dizem as comunidades afro que reconhecem o que chamam de “Grande Comarca”, que, inicialmente, abrangia do sul do Panamá ao norte do Equador, que foi território ancestral afro, e particularmente a parte desde mais ou menos o sul de Chocó, na Colômbia, até o norte do Equador, são as mesmas famílias. Que ainda buscam a maneira de fazer o cruzamento de fronteiras como algo mais fluido pelos rios, porque são as mesmas famílias, historicamente, que construíram a noção de território.

Nisso, uma das coisas que acontece aqui, no Pacífico, e sobre a qual não se fala muito é a Palmeira de Óleo, a Palmeira Africana, que vem destruindo bosques enormes. A Palmeira Africana tem uma vida de mais ou menos doze anos. Tanto pela contaminação que gera à terra, quanto pela destruição dos minerais da terra, quando termina sua etapa produtiva. Não há como utilizar a terra.

Então, a Palmeira combina-se com outros tipos de extrativismo, tanto de minérios, tanto legal como ilegal, e também com a produção de camarões, essas piscinas de camarões, que utilizam um alto nível de produtos químicos. Então o que se percebe é que os rios que conectam essas comunidades ancestrais afrodescendentes no Pacífico vão morrendo. Quer dizer, a natureza vai morrendo. E quando a natureza vai morrendo, isso quer dizer, também, as pessoas. As pessoas, seus saberes, suas maneiras de existir com o território, de partilhar com o território.

Em comunidades onde não há água potável, o rio é tudo. As pessoas tomam banho no rio, tomam a água do rio, utilizam para cozinhar. Então quando o rio vai morrendo, as pessoas vão morrendo. E isso é o que está acontecendo aqui.

Então, tipicamente, quando se fala do extrativismo, pensa-se na Amazonia, no grande problema do petróleo, da mineração e da mega mineração, que estão começando no sul

amazônico equatoriano, que existe no Peru, que existe na Colômbia, que existe em outras partes. Mas há muito menos atenção às lutas de comunidades afrodescendentes, por conta desta espoliação, que é tão complexo, no qual há um elemento a mais, e que talvez possamos incluir no rol das empresas multinacionais, que é o narco, o narcotráfico. Então, no Equador, hoje, isso é crescente, existe há muitos anos. Os governos, incluindo, especialmente o de Rafael Correa, negavam isso. Há cartéis do México aqui e cartéis da Colômbia.

Então, particularmente, na Costa, no norte do Equador com o sul da Colômbia, a Palmeira Africana e a mineração ilegal se juntam com a produção e interesses dos narcotraficantes e cartéis. Isso vai espoliando, ou seja, desterritorializando totalmente, as comunidades, onde os jovens ficam obrigados, muitas vezes, a trabalhar para as companhias narcos e estão matando os jovens.

É outro tipo, eu digo, dessa noção de empresa multinacional. Não é somente o que falamos ontem à noite, sobre a Chevron. Sim! Mas também existe uma cumplicidade cada vez maior com a produção de drogas, com o envio de drogas do Equador para o México, aos Estados Unidos, aos países europeus. Cada vez mais, o Equador desempenha um papel central em tudo isso. Então, eu pergunto, se a proteção, ou cuidado, ou a convivência com a natureza não é, nesses momentos, parte deste terrorismo do Estado, onde as companhias nomeadas, e outros interesses capitalistas não nomeados, seguem construindo uma cumplicidade junto com o Estado, que vai matando a natureza, que vai matando a terra, o território e as pessoas pouco a pouco. Tipicamente, os governos e Estados ficam calados, porque também tem uma cumplicidade enorme.

[RCJ]: Qual é a sua avaliação sobre as políticas públicas e os graus de implementação das normas constitucionais sobre interculturalidade nos campos da educação, da política e dos direitos humanos?

[CW]: Aqui, a interculturalidade começou como uma proposta política do movimento indígena. Não é como em muitos outros países da América Latina, onde vem de ONGs, uma política do governo. Não, aqui veio a partir das lutas. A CONAIE (Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador), que publica no final dos anos 80 seu primeiro projeto político e vai circulando, nomeia a interculturalidade como um projeto, um processo, de transformação radical de instituições, de estruturas e também de relações.

Desde então, a educação passou a ter um papel central, porque é parte de uma das estruturas e instituições mais fortes da sociedade, que vai socializando as novas gerações, inclusive nas universidades, perpetuando ideias, muitas vezes com conhecimentos que vem do norte e chegam aos conhecimentos e saberes produzidos no sul.

Então, quando a interculturalidade se concebe *desde abajo*, desde a luta, o que acontece quando chega ao Estado, quando chegam às políticas públicas do Estado? Hoje no Equador a interculturalidade está vazia de significado, ou seja, é qualquer coisa. É o mesmo que falarmos de diversidade cultural, de multiculturalismo, que, de certa maneira, toma esse eixo de inclusão; mas inclusão em que? No mesmo sistema que estamos questionando.

É claro que o Estado, em um primeiro momento, “abre seus braços”, coloquemos assim. Como o caso dos governos de Lula e da Dilma, com a Secretaria de Inclusão Racial, que assimila o conceito, abre os braços e diz que sim, todos estão incluídos, como se a partir de então desaparecesse o racismo, o que sabemos que, neste momento, no Brasil, não acontece.

Assim, para mim, o perigo é quando um conceito crítico, construído como arma de luta, como uma visão de transformação distinta, chega a ser política do Estado e perde a sua vista, sua possibilidade real de mudança e transformação. Aconteceu aqui, durante o governo de Rafael Correa, o intercultural e até o descolonial foram palavras chaves do governo. Existem vários documentos do governo, políticas públicas, que falavam sobre descolonialidade e interculturalidade.

E qual foi a proposta? Simplesmente incluí-los dentro de um sistema capitalista extrativista, até que o governo de Correa em seus últimos anos falava de capitalismo no século XXI, no qual a interculturalidade e o descolonial seriam eixos centrais.

Então eu, pessoalmente, cada vez mais tomo distância do Estado, tomo distância da possibilidade de esperança nas políticas públicas, porque até - e honestamente não acredito que vamos chegar neste “até” - se não conseguirmos construir algo radicalmente distinto, no qual não haja essa cumplicidade de interesses com multinacionais e interesses capitalistas de todas as índoles - incluindo os narcotraficantes, mas muitos outros também – estaremos apenas perpetuando o mesmo.

Isso não quer dizer que esquecemos a possibilidade de interculturalidade, entendida criticamente, tanto como perspectiva, como processo, projeto de luta, particularmente no campo jurídico, ou seja, de conceituar ou pensar numa interculturalização jurídica. Sigo

dizendo e pensando que sim, é importante. No entanto, já não coloco mais esperança, com letras grandes, nisso. Cada vez mais escrevo “esperança” com letras menores.

Porque acredito que nesses momentos que estamos vivendo, de fascismo crescente, de capitalismo selvagem cada vez mais forte, temos que pensar a respeito do local a partir do qual se luta, não apenas replicar ou reproduzir uma noção funcionalista da interculturalidade. Simplesmente incluímos todos, pois todos vamos morrer juntos com esse sistema capitalista, ao mesmo tempo que também vamos questionando.

Assim, a partir desses espaços de reflexão crítica todo tempo, de formular perguntas frente aos momentos que estamos vivendo e perguntar cada vez mais pelos “como”. O “como” interculturalizar, o “como” transformar, o “como” pensar em políticas públicas ou constitucionalismos distintos, que tenham uma base concreta de aplicação. Talvez essas sejam as perguntas que menos temos feito. Muitas vezes falamos em “que”. O que vamos fazer? Recordando da famosa frase de Lênin: “o que fazer?”.

Entretanto, para mim, é cada vez mais “como”. Frente aos momentos atuais tão críticos, tão difíceis, que estamos vivendo, como fazer algo distinto? Creio que essa é, talvez, minha pergunta final. É algo que não tem uma resposta simples, mas nos desafia a todos e a todas a realmente pensar como fazer, frente a esses momentos, onde a morte, em todas as suas formas, tanto física, como epistêmica, como política, como cultural, como simbólica, como territorializada etc., estão nos enfrentando.

Então isso é o que eu falo cada vez mais, das pedagogias descoloniais, não pedagogia como a aula, o ensino, mas sim linhas políticas que fazem esta pergunta do “como” e vão promovendo trocas entre as pessoas que estão lutando por esses “comos”.

[RCJ]: São importantes essas questões porque neste momento que estamos vivendo no Brasil, tão delicado, ouvirmos e escutarmos o que a professora Catherine Walsh fala nos inspira a pensar e refletir sobre os vários caminhos e para onde seguir. Porque imagino que vamos viver dias duros agora, no próximo período, principalmente se em uma semana o candidato protofascista vencer as eleições, o Bolsonaro.

Então, acho que esses caminhos que a professora apresenta nos ajudam a repensar os nossos processos também, que são processos que vão mexer diretamente na sociedade, de uma forma geral. Vai mexer nas comunidades, nos povos indígenas, nas comunidades tradicionais, que já são atacadas por esse candidato e me parece que essa unidade vai ter que ser construída e desde a sociedade civil deve ser dada uma resposta, muito a partir também da

sua fala inicial, sobre o papel importante da sociedade civil na mobilização, seja na mobilização por uma Constituição que faz 10 anos, seja na mobilização para as lutas.

Acredito que essa é a mensagem que fica para nós, acho que valeu muito.

[CW]: Esses gritos de “ele não”, de “Marielle, presente!”, cada vez que falo publicamente, não importa em qual país, eu digo ambas as coisas. Sempre começo com esse grito de “Marielle Franco, presente!” porque Marielle não é somente do Brasil, não é somente do Rio de Janeiro. Ela representa esta luta, esta realidade que estamos vivendo, que é a morte, como estão nos matando. Então ao fazê-lo, com Marielle continuamente presente, com o grito de “ele não”, busco conectar o Brasil com o resto da América Latina. Porque sabemos que o Brasil sempre foi um país distinto, não simplesmente pela questão linguística, mas pela sua própria conceituação. Brasil é Brasil, o resto da América do Sul é América do Sul. Creio que, nesses momentos, tecer esses laços é muito importante.